

Da Cimeira da NATO de Madrid, em Julho próximo

Virgílio de Carvalho

Resumo

Considerações sobre a problemática da evolução da NATO no concernente à sua expansão para leste, aos seus comandos para as áreas mediterrânica e ibero-atlântica, particularmente no que poderá traduzir-se em inconvenientes para Portugal, e apresentação de propostas para a melhoria da cultura estratégica no País, visando identificar vulnerabilidades nacionais susceptíveis de se transformarem em riscos que haverá a ter em consideração atempadamente.

Como é do conhecimento geral, a NATO tem dois problemas muito sensíveis em mãos, para além do seu difícil envolvimento na Bósnia, empreendido a solicitação da ONU:

- o da sua expansão para leste, até à fronteira do que pode vir a ser a Comunidade de Estados Independentes (CEI), com a qual, como é sabido, a Rússia espera reunir o espaço territorial da ex-URSS, de maneira democrática;
- o dos seus comandos regionais, particularmente para o Sul e para o Sudoeste da Europa.

Problemas esses que, julga-se, serão os principais a abordar, eventualmente a resolver, na Cimeira da NATO agendada para os dias 8 e 9 de Julho próximo, em Madrid. Um local que pode constituir uma facilidade para o seu actual Secretário Geral, o espanhol Javier Solana Madariaga que, conforme foi na altura largamente relatado, os EUA preferiram a outros candidatos por que se bateram países aliados europeus, à semelhança do que aconteceu quanto ao novo Secretário Geral da ONU, o ganês Kofi Annan. O que dá a ideia de que Washington pode ter preocupações muito especiais, não só quanto ao Mediterrâneo e às suas aproximações ocidentais, mas também quanto à África ao Sul do Sará que atravessa grave e perigosa crise de estabilidade.

* * *

Quanto à África, há principalmente o problema do fulcral e potencialmente fragmentário Zaire, que pode ter graves repercussões no equilíbrio e na estabilidade da região, e também a notória vontade da França e da África do Sul de intervirem neste e noutros problemas africanos e extra-africanos, o que poderá estar a merecer de Washington atenções muito especiais, pela perturbação que entenderá que isso possa vir a ter na ordem internacional que pretende basear em equilíbrio geopolítico global.

E isto porque, entre outras coisas, os EUA parecem continuar receando que possa vir a acontecer uma superpotência euro-africana com base no projecto pan-regional da escola de pensamento geopolítico continental euro-

peu⁽¹⁾). A qual, a interpor-se entre as duas clássicas superpotências, dividindo consequentemente o campo marítimo, arriscaria desequilibrar o mundo favoravelmente ao campo continental. E a verdade é que na imprensa dos EUA vão aparecendo artigos algo contundentes, por vezes mesmo pouco polidos, quanto ao Chefe de Estado francês⁽²⁾, a par doutros falando de ambições globais da França⁽³⁾.

E quanto à África do Sul, o Presidente Nelson Mandela já se declarou disposto a ajudar a paz em Angola⁽⁴⁾, e a vender material bélico à Síria. E, ante a reacção negativa dos EUA quanto a este último caso, declarou recusar sujeitar-se a um «diktat» norte-americano em matéria de relações externas⁽⁵⁾. Para não falar da emigração de centenas de famílias «boers» para países vizinhos (nomeadamente Moçambique, onde a língua inglesa tem arraiais assentes de há muito), parecendo confirmar o sonho de mercado comum para a África Austral, liderado por Pretória.

* * *

No que toca ao Sul e ao Sudoeste da Europa, convirá prestar atenção ao novo livro do conhecido pensador Samuel Huntington⁽⁶⁾, onde se aventa, entre outras coisas a não menosprezar que, no próximo século, o Ocidente pode vir a ter de se confrontar com o resto do mundo – islâmico, japonês, chinês, cristão ortodoxo – e se afirma que as outras civilizações, mesmo que possam a vir modernizar-se, não se ocidentalizarão. O que, no seu entender, aconselha os EUA a preservar a «unidade transatlântica» que, diga-se, tem constituído para o pensamento geoestratégico norte-americano (possivelmente de acordo com teses do geógrafo inglês Mackinder e do professor de Relações Internacionais americano Spykman), a trave mestra do equilíbrio geopolítico global.

* * *

(1) Um artigo de Roy Deman, ex-representante da então CEE em Washington, publicado no "I, Herald Tribune" de 16.1.97, intitulado "Yes America, a Single Currency For the Coming Superpower", parece sugerir realmente tal hipótese.

(2) "Peacemaker, or Troublemaker?", Time, 4.11.96.

(3) "I, Herald Tribune", 10.4.96.

(4) "Diário de Notícias", 9.1.97.

(5) "Diário de Notícias", 16.1.97.

(6) "The Clash of Civilizations, and the Remaking of World Order".

A EXTENSÃO DA NATO AO LESTE EUROPEU

A lógica da extensão da NATO aos países europeus do leste pretendida pela Administração Clinton, para além de corresponder a desejo já formulado por alguns deles, decorre da própria filosofia da Aliança, muito provavelmente inspirada nas supracitadas teorias geopolíticas de Mackinder, produzidas ainda antes do fim da II Guerra Mundial. Nas quais se aventava a possibilidade de uma extensão da área de influência da URSS à Europa do Leste, que não fosse prontamente compensada por um acoplamento estratégico América do Norte-Europa através do Atlântico, poder vir a produzir um desequilíbrio geopolítico global capaz de dar lugar ao início da caminhada irreversível daquela imensa superpotência, (que, é preciso não esquecer, é euro-asiática), para a hegemonia mundial.

Tal extensão da NATO, para além de receios ocidentais e russos de poder provocar grave crise interna na Federação Russa, depara ainda com a conhecida oposição de militares russos, já exuberantemente manifestada aquando da reunificação da Alemanha e consequente ingresso da antiga Alemanha do Leste na Aliança. Reservas essas agravadas por receios de Moscovo quanto a uma NATO instalada na fronteira do seu projecto de CEI poder provocar em Repúblicas como a Ucrânia e a Bielorrússia (que tem como vitais para tal projecto), e também nos periféricos Países Bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia), tentações de procurar defender a independência recentemente conseguida aderindo à NATO. O que, para além de poder inviabilizar a concretização efectiva da CEI, poderia ainda:

- dificultar o vital acesso da Rússia ao Mar Negro e, consequentemente, também ao Mediterrâneo, Canal do Suez, Índico e ao seu muito importante litoral do Pacífico, o «Mar do Futuro» (onde o vasto e quase fechado Mar de Okhotsk funciona também como santuário de submarinos lança-mísseis balísticos da sua segunda capacidade de retaliação nuclear); e, ainda, tornar mais difícil a sua presença naval no Mediterrâneo, destinada a «contracenar» com as suas congéneres norte-americanas (a 6.^a Esquadra) e francesa;
- perder um acesso mais fácil e directo ao Oceano Atlântico via Mar Báltico e, eventualmente, isolar as comunidades russas e russófonas existentes em tais países costeiros;

- provocar quebra na venda de armas convencionais (e respectivos sobressalentes), de que a Rússia é já líder mundial.



FIGURA 1

* * *

Trata-se de importante questão que, nomeadamente, esteve transparentemente presente na recente cimeira da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), em Lisboa, na oposição de Moscovo à missão da NATO (primorosamente caracterizada por Lord Ismay nos anos 50 como «manter a Alemanha sob controlo, os EUA na Europa e na URSS fora dela»), com o que dá a ideia de poder ser o seu próprio objectivo: manter à mesma a Alemanha sob controlo, a Rússia na Europa e os EUA fora dela.

O que, se for mesmo assim, corresponderá afinal a prolongamento da Guerra Fria por uma espécie de Guerra Frígida, ou Gelada (mais pacífica e menos perigosa para a paz mundial), em que o alvo em disputa pelas superpotências, que na Guerra Fria era a Europa Ocidental, passou a ser agora a Europa de Leste. Mas bem difícil de gerir, se for verdade que Paris poderá querer, como Moscovo, evitar a hegemonia dos EUA na Europa.

* * *

É um problema que tende naturalmente a complicar-se ainda mais para Washington com a Rússia e a China associando-se contra a tal «diktat» da chamada superpotência única através duma «parceria estratégica» já anunciada⁽⁷⁾, dada a conveniência que o Ocidente tem de fazer da China um parceiro do Mundo Marítimo a que ela aliás pertence geográfica, histórica e economicamente (dada a sua necessidade de recorrer ao mar para sustentar o seu grande crescimento demográfico e económico), para fins de preservação do equilíbrio geopolítico global.

Trata-se de evolução que já levou a que os EUA reafirmassem, para lhe fazer face, que a Europa continua a estar entre as primeiras prioridades da sua política externa. O que está em sintonia com a recomendação de Samuel Huntington no seu supracitado livro⁽⁸⁾, e com a Declaração Transatlântica de 22.11.90 da CEE e dos EUA, que instituiu um quadro de consulta e cooperação permanente entre ambas as partes, em que não haverá separação dos assuntos económicos, políticos e de segurança⁽⁹⁾. Intenção essa reforçada no ano transacto por França, Espanha e Alemanha com proposta

(7) "Diário de Notícias", 29.12.96.

(8) Livro do Autor "O Lugar da Europa e de Portugal no Mundo", pág. 100.

quanto a uma Comunidade Transatlântica, em autentica profissão de fé atlantista. O que é de surpreender quanto a Espanha e França, que não têm querido estar integradas na estrutura militar da Aliança Atlântica. Mas já não tanto quanto a Alemanha porque, para esta, tal poderá ter por objectivo (de acordo coma atrás citada caracterização da NATO por Lord Ismay) tornar a expansão da Aliança, e da sua própria influência, menos receada por países do Leste Europeu e pela Rússia.

Comunidade Transatlântica (CT) essa que é, salienta-se, da maior conveniência e, simultaneamente, de grandes riscos para Portugal, como tivemos oportunidade de referir em nosso mais recente livro⁽⁹⁾. E isto porque, a par de poder favorecer o País por o fazer passar de periférico na UE, a central na CT (facilitando a sua solidariedade e a sua coesão interterritorial), poderá criar-lhe no entanto ainda maiores problemas de soberania quanto aos aliados vizinhos França e Espanha, que tendem a ver no espaço marítimo (e no aéreo a ele sobreposto) do descontínuo conjunto territorial português como que uma espécie de solução de continuidade para o deles, que é simultaneamente atlântico e mediterrânico. Riscos que poderão tender a aumentar se Portugal se virar mais para o Mediterrâneo e para o Sul da Europa, e a Espanha mais para o Atlântico, como prometeu o seu actual Primeiro Ministro na campanha eleitoral que o levou a tal cargo⁽¹⁰⁾. Uma Espanha que, relembra-se, conta com um cidadão seu como Secretário Geral da NATO por vontade de Washington, e com um poder aeronaval de que avultam um importante Grupo de Combate centrado num porta-aéreos (cuja escolta vai ser muito modernizada por grandes fragatas F-100 de quase 6000 toneladas de deslocamento⁽¹¹⁾), e um Grupo de Assalto Anfíbio que é o maior da NATO depois dos EUA, em efectivos humanos e navais.

* * *

De salientar ainda que, aquando do encontro do Secretário General da NATO com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia E Primakov

⁽⁹⁾ "Riscos da Regionalização do Continente e da NATO para Portugal – Uma Simultaneidade Preocupante".

⁽¹⁰⁾ Promessa de "close, very close relations with the United States".

⁽¹¹⁾ "Naval Forces", 5/96.

para, entre outras coisas, se lembrar a este que a Rússia não pode impedir a extensão da NATO para leste, mas que na Aliança se compreendem de forma sérias as apreensões de Moscovo com ela, surgiu uma carta assinada por oficiais da mais alta patente da Esquadra russa do Mar Negro, exigindo a B. Ieltsin que não reduzisse o potencial nuclear dissuasor do país⁽¹²⁾. Como quem diz que cooperação entre Washington e Moscovo, mesmo numa parceria, só com um olho bem aberto, parafraseando o comentário chistoso de Ralph A. Cossa aparecido na Imprensa norte-americana quanto à anunciada «parceria estratégica» russo-chinesa⁽¹³⁾ atrás referida.

Tudo podendo ter a ver com dissuasão de hipotéticas tentações de intervenção da NATO em eventuais conflitos fora da sua área geográfica, por exemplo na Ucrânia, ou na Bielo-Rússia, ou mesmo nos Países Bálticos, a solicitação da ONU, de que é precedente o caso da Bósnia.

O PROBLEMA DO COMANDO NATO NA MEDITERRÂNEO

De há muito que a França, desde a Guerra Fria, mantém os seus dois porta-aviões no «fechado Mediterrâneo», que transferiu da base naval de Brest, no Atlântico, para a de Toulon, com o objectivo declarado de proporcionar à Europa uma presença naval ao nível das que ali mantinham os «exteriores»EUA e ex-URSS, para «contracenar» com elas. O que, parecendo surpreendente, por tais navios capitais serem particularmente vulneráveis em mares fechados a mísseis anti-navio de submarinos, aviões, vedetas rápidas e sistemas de defesa de costa, não o é contudo à luz dos objectivos da estratégia naval para tempo de paz, de que o primeiro é precisamente a «presença naval», visando mostrar claro interesse por uma região, dar ânimo a aliados e amigos ribeirinhos dela, exibir poder militar e científico-tecnológico, mostrar determinação de intervir. E a verdade é que os porta-aviões, pela sua imponentia e pela variedade e quantidade de aviões de vários tipos que ostentam, prestam-se soberbamente ao «clássico «Show the Flag», ou «Política da Canhoeira».

* * *

⁽¹²⁾ "Diário de Notícias", 22.1.97.

⁽¹³⁾ "I. Herald Tribune", 14.1.97.

A França, particularmente após a subida ao poder do seu actual Presidente, passou a dar claro apoio a uma evolução da NATO para Comunidade Transatlântica. O que, para além de corresponder a uma atitude correcta do ponto de vista do equilíbrio geopolítico, da estabilidade e da paz global, lhe serve decerto para, captando a confiança dos EUA, avançar com a tese, igualmente correcta em termos de equilíbrio transatlântico, da promoção dum pilar europeu da NATO que seja autenticamente par do pilar norte-americano (EUA-Canadá) dela, desde que não pretenda substituir aquela Aliança na Europa, por exemplo com uma UEO reformulada para o efeito.

Só que os EUA, reconhecendo terem responsabilidades globais (que até lhe exigem que cumpra por ser «superpotência única») não desconhecem que o que acontecer no Mediterrâneo «Mar da História» pode ter reflexos importantes de âmbito mundial (não apenas regional ou europeu); e poderão não esquecer a existência do atrás lembrado projecto continentalista europeu do tipo Euro-África (projecto pan-regional de associações norte-sul), e também a do projecto centralista-federalista da UE susceptível de levar à tentação da construção duma terceira superpotência a interpor entre as duas clássicas, o que, na sua opinião, poderá perturbar o equilíbrio geopolítico global num sentido favorável ao campo continental assente na Rússia, ou na CEI. Razões por que não se tem mostrado de acordo em entregar o comando da área NATO do Mediterrâneo a um europeu. Postura para a qual se admite que possa também concorrer a intensificação da intervenção da França em África (que está a dar lugar a atritos entre Paris e Washington) e o apoio da Alemanha à pretensão francesa quanto ao Mediterrâneo.

* * *

Mas a proposta francesa não teve reacção negativa apenas dos EUA. Têm-na tido igualmente de sectores mais radicais do Norte de África. Os quais, reconhecendo ser a NATO, na sua qualidade de acoplamento goestratégico euro-americano, pilar fundamental de nova ordem internacional que os EUA pretendem fazer aceitar para preservar o equilíbrio geopolítico global, e ao verem potências Europeias com passado intervencionista no Norte de África a baterem-se por um comando europeu da Aliança no Sul da Europa, começaram já a apelidar tal nova ordem internacional de «nova

Cruzada», e a falar de lhe contrapor uma «nova ordem islâmica» mundial. E ainda a ameaçar países europeus com ataques de mísseis (como foi oportunamente divulgado nos «mídia» internacionais), e a França com acções terroristas a que já terão dado início, o que levou este país ao extremo de recorrer a elementos da «Legião Estrangeira»⁽¹⁴⁾ (celebrizada, até em filmes comerciais, por suas «lendárias» acções no passado no Norte de África) para policiar o «Metro» de Paris. Ao que há a acrescentar que a postura dos EUA quanto a não pôr a sua 6.ª Esquadra sob um comando alheio, se deve certamente ao facto de a sua presença no Mediterrâneo visar também mostrar interesse por áreas não-NATO, como o Norte de África e o Médio Oriente, e arbitrar eventuais conflitos entre membros da Aliança desavindos (como pode ainda vir a ser o caso entre a Grécia e a Turquia por causa de Chipre e do Mar Egeu), e com os ainda complicados Balcãs, onde persistem problemas muito graves na Albânia, na Macedónia, no Kossovo e na Bósnia, para além doutros que podem estar a despontar, onde a Europa se tem mostrado incapaz de ser decisiva só por si. Para não falar da conveniência de não se contribuir para a coesão global do Islão, para o que muito conviria aos ideólogos dela o poderem falar numa ameaça comum. E o caso é que, para além duma China que já diz ver na expansão da NATO para leste também uma medida de contenção dirigida a si⁽¹⁵⁾, o Iraque diz-se, por seu turno, «farto da NATO», a propósito a manutenção da força aliada no Norte do país⁽¹⁶⁾. O que, a par doutras reacções desfavoráveis, já visíveis, de muçulmanos bósnios contra ela, poderia ser susceptível de poder vir a dar lugar a uma onda do tipo «NATO GO HOME».

O PROBLEMA DA ÁREA ÍBERO-ATLÂNTICA (IBERLANT)

A área IBERLANT tem objectiva, e fundamentalmente, a ver com o funcionamento desimpedido do acoplamento geoestratégico euro-americano (que constitui o cerne da Aliança Atlântica) particularmente através da protecção à muito intensa navegação comercial aliada, e também à de

⁽¹⁴⁾ «I, Herald Tribune», 9.1.97.

⁽¹⁵⁾ «I, Herald Tribune», 20.1.97.

⁽¹⁶⁾ «Diário de Notícias», 7.12.96.

reforço dos EUA à Europa que a História mostra ser decisivo para a posterior e definitiva decisão vitoriosa em terra da causa democrática do Mundo Marítimo. E tem ainda a ver com a natural protecção a países aliados ribeirinhos dela contra acções (bélicas e não-bélicas) a partir do seu mar e do espaço aéreo que lhe está sobreposto. Entre eles, para além do euro-atlântico Portugal, as atlântico-mediterrânicas Espanha e França. O que, fazendo do IBERLANT uma área de crucial importância estratégica, a tornam naturalmente num alvo de interesse para estes dois países aliados e vizinhos, nomeadamente para fins de aumento de influência e prestígio internacional, que lhes será mais fácil de conseguir se Portugal lhes der azo a que possam alegar não estarem devidamente acautelados os seus interesses e a sua segurança nela. E basta ver o mapa da Figura 2, elaborado com base em estudos do departamento oficial espanhol de investigação estratégica CESEDEN, para se ver com a França e a Espanha e, bem assim, os EUA (que persistem em manter os Açores em área operacional NATO do seu comando) poderão tender a interessar-se pelo usufruto de potencialidades do que é património legítimo português. O que mostra como uma importante potencialidade nacional pode transformar-se em grave vulnerabilidade, no caso de o poder militar e o discurso geopolítico nacional não serem os mais adequados ao território e ao interesse nacional.

* * *

Não surpreenderia então que um comando compartilhado entre Portugal e um, ou mesmo os dois referidos vizinhos aliados europeus, para o IBERLANT, possa ocorrer à NATO como moeda de troca para satisfazer interesses de França e Espanha que os EUA entendam não poderem satisfazer no Mediterrâneo, alegadamente para evitarem ferir desnecessariamente sensibilidades importantes de países do Norte da África.

E o caso é que as novas lideranças de Paris e Madrid, como atrás se frisou, têm feito ultimamente calorosas profissões de fé atlantista, e o Secretário Geral da NATO, embora já tenha dito que o Quartel-General do IBERLANT irá permanecer em Portugal (Oeiras), jamais adiantou fosse o que fosse quanto à nacionalidade do seu comandante. Pelo que se entendeu ser muito apropriado e conveniente falar claro, e abertamente, (como aliás é timbre entre membros da democrática NATO), quanto à hipótese aventada,

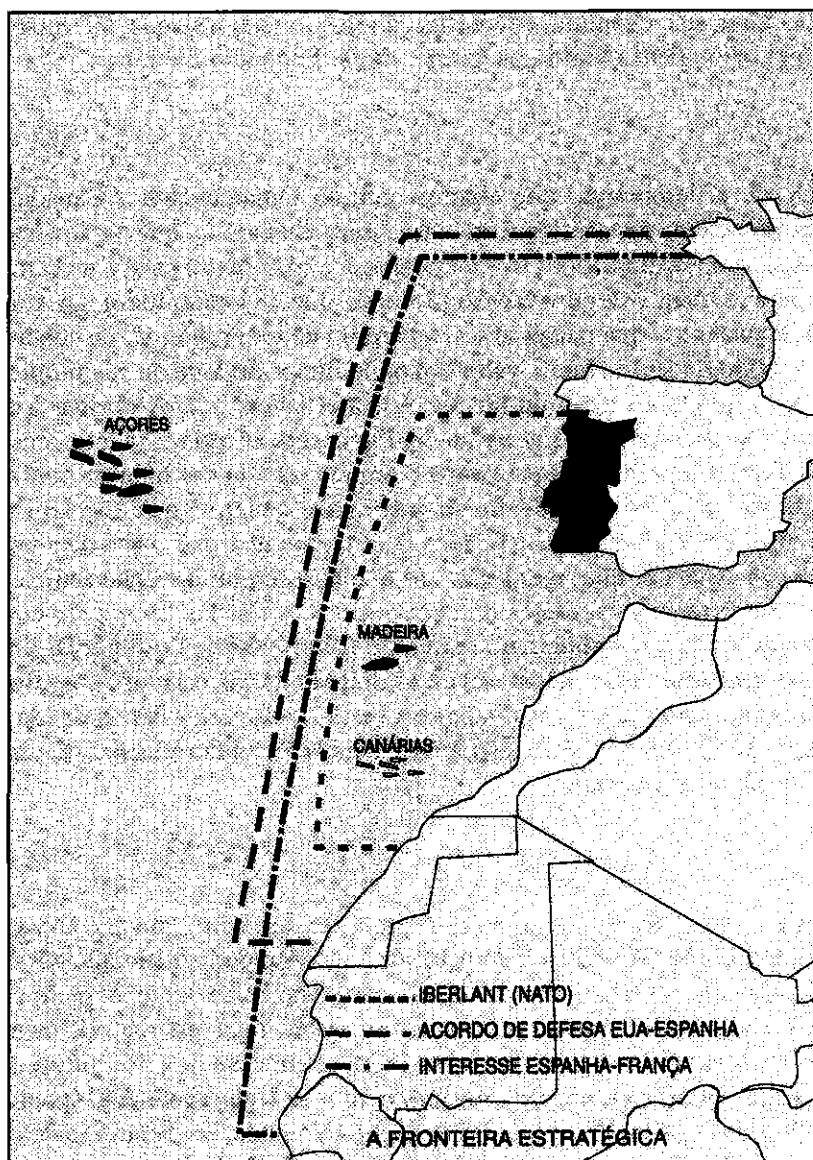


FIGURA 2

(Do livro do autor «Riscos da Regionalização do continente e da NATO para Portugal», p. 100)

porque uma sua eventual concretização feriria demasiados interesses de Portugal, não apenas legítimos, como vitais. Enquanto é tempo.

* * *

Desde já lembrando que aliados como a Dinamarca e o Canadá, por razões de ordem geográfica e histórica semelhantes às que se invocam – ambos, como Portugal, com fronteira terrestre só com um país, e no caminho dele para o mar – tendo talvez presente que o geopolítico francês Célérier sustentou que países assim haveriam de ter problemas de soberania, têm mantido de facto aquele valor em bem alta prioridade da sua política de defesa. O que, para além de até ser útil à Aliança, por os obrigar a ter o mínimo de material de guerra de sofisticação adequada à eficácia e à credibilidade de tal prioridade, tem a compreensão da sua opinião pública, a qual, devida e descomplexadamente informada quanto à questão, tem mostrado entender melhor tal justificação para o país se armar que a de ameaças externas à Aliança, que agora não vê. E o caso é que isso não tem sequer afectado as preciosas relações de confiança inter-aliadas. Bem pelo contrário, como aconteceu também no tempo do frontal Rei de Portugal D. João II que, exactamente desse modo (segundo opinião do historiador Jorge Borges de Macedo, expressa em suas lições no Instituto Superior Naval de Guerra) conseguiu as melhores, mais respeitadas e mais fecundas relações de sempre entre Portugal e Espanha.

* * *

Além do referido, convirá ter presente também que as áreas dos comandos da NATO são construções de certo modo artificiais, servindo principalmente para, em tempo de paz, satisfazer de facto objectivos de prestígio e de influência, que são os que estão mais ao real alcance das potências menores que as comandam. Porque, em caso de crise grave, ou de guerra, tais áreas podem ser empecilho para a «superpotência única», os EUA (líder da NATO), que precisa de jogar à vontade, em benefício de todos os seus aliados, com os princípios fundamentais da Estratégia, particularmente com os da Concentração, da Mobilidade de Forças, da Surpresa e da Segurança. Como se tem aliás verificado em recentes operações de pacifi-

cação em nome da ONU, em que Washington não gosta de pôr forças suas sob comando que não seja o seu próprio. O que torna ainda menos entendível que um país como Portugal (que, ao contrário da Espanha, foi convidado para ser membro fundador da NATO, quando nenhum deles era sequer democracia pluralista), possa ser agora afectado num seu tão importante e legítimo interesse, relacionado com o seu Objectivo Nacional Permanente, histórico, de solidariedade e coesão entre as três parcelas do seu descontínuo conjunto territorial, quando as suas posições, e apenas elas, mostraram ser mais que suficientes para ajudar a fazer passar desimpedidamente pela região os reforços dos EUA à Europa nas I e II Guerras Mundiais.

* * *

E a verdade é que na Área Íbero-Atlântica, como na do Mediterrâneo, se jogam interesses de ordem global (não apenas europeus, muito menos regionais) dado que, como atrás se salientou, o acoplamento geoestratégico euro-americano é trave mestra do equilíbrio geopolítico global numa nova ordem que vise substituir violência por diálogo e confrontação por cooperação. Razão por que, inclusivamente, convém manter a sua transparência transatlântica não maculada por interesses de países aliados que a verdade e as circunstâncias obrigam a lembrar que têm problemas ou conflitos latentes com importantes sectores de países do Norte de África que, no caso de não se acautelar tal pureza, poderão de facto passar a olhar a NATO como elemento basilar numa «nova Cruzada, como atrás se referiu.

O que não quer dizer que se concorde inteiramente com o pessimismo de Samuel Huntington que transparece do seu mais recente livro⁽⁶⁾. E isso porque há um certo número de casos mostrando ser possível entendimento entre civilizações e religiões distintas, e até conflituais, quando se lhe sobrepõem interesses comuns verdadeiramente importantes em jogo. Como é o caso da Turquia, onde a sua actual coligação governamental entre ocidentalizados «atarúquicos» e islâmicos, a ter sucesso (o que é ainda muito problemático), pode ser de facto bom exemplo para o Norte de África e para outras regiões e países do Globo, entre eles a própria Indonésia de islamismo dito dos mais capazes de evoluir para democracia, o que seria muito esperançoso para solucionar o drama de Timor. E também o da Bósnia, onde a confederação croato-muçulmana engendrada pelos EUA já levou aos ainda

também esperançosos Acordos de Dayton. Para não falar da crise do Golfo, em que funcionou uma aliança militar de conveniência entre países ocidentais e árabes irmanados no objectivo de libertar um país árabe – Kueit – da ocupação de outro país árabe – o Iraque – o que pode ainda vir a mostrar ter sido passo muito importante para o clima de confiança que é indispensável ao avanço efectivo do conturbado processo de paz para o Médio Oriente.

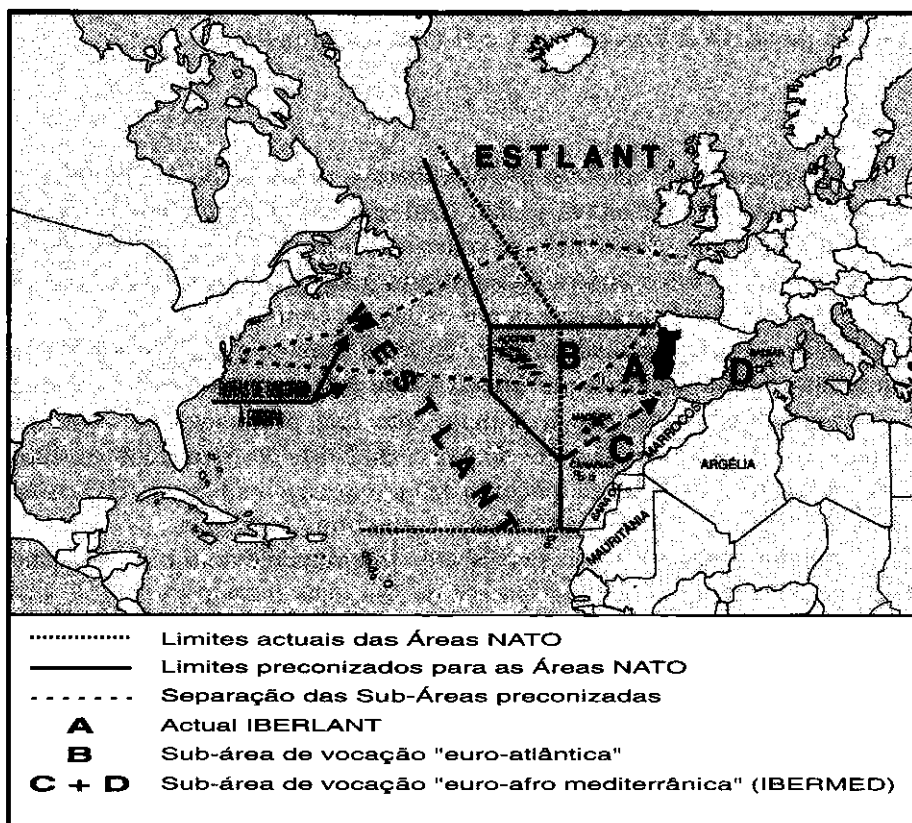


FIGURA 3

(Do livro do autor «Riscos da Regionalização do Continente e da NATO para Portugal», p. 155, retirada de artigo seu na revista «Nação e Defesa» n.º 13 (JAN-MAR 80) p. 129

Por tudo o referido, se entende ser dever insisir-se no que se tem vindo a sugerir desde 1980⁽¹⁷⁾, no sentido de se considerar a hipótese de ao actual IBERLANT ser retirado o arquipélago espanhol das Canárias e de lhe ser adicionado o português dos Açores, e de ser atribuído à Espanha um IBERMED centrado no eixo estratégico Baleares-Estreito-Canárias, para o qual parece propositadamente mais adequado o poder aeronaval e anfíbio, e o próprio dispositivo militar deste país aliado, cujo litoral, além do mais, é muito mais mediterrânico que atlântico.

* * *

Poder aeronaval e anfíbio, aliás, que tornariam uma sua inclusão no IBERLANT comprometedora para a transparência transatlântica desta área, que é mister preservar como se frisou. E que, se para tal for julgado indispensável que a área IBERLANT volte a ser comandada por um norte-americano (como acontece com a do Mediterrâneo por razões da sua projecção igualmente global, ultrapassando a meramente regional ou europeia), que tal se faça. Pois será para Portugal um «mal bem menor» que o «mal bem maior» de passar a ter também na sua fronteira marítima o mesmo país que já está em toda a fronteira terrestre do Continente (na situação de «cerco estratégico» a que se referia também em suas lições o historiador J. Borges de Macedo), intrometido no mar que, segundo o próprio pensador Miguel de Unamuno, é o «que faz Portugal», por lhe proporcionar a possibilidade de se afirmar – mas positivamente, como dizia o historiador Jaime Cortesão⁽¹⁸⁾ – precisamente quanto à Espanha. Aliás, as estratégicas ilhas (bem atlânticas) dos Açores e da Madeira, são autênticos «porta-aviões inafundáveis», a partir dos quais poderão operar meios aéreos muito mais diversificados e poderosos do que os do mais limitado e vulnerável porta-aéreos espanhol, que é naturalmente mais vocacionado para acções de presença e de apoio a assalto anfíbio, que outra coisa.

* * *

⁽¹⁷⁾ Revista «Nação e Defesa» do Instituto da Defesa Nacional, n.º 13 (JAN-MAR 1980) p. 129, e livro do auto «Riscos da Regionalização do Continente e da NATO para Portugal – Uma Simultaneidade Preocupante», Setembro de 1996.

⁽¹⁸⁾ «História dos Descobrimentos Portugueses», ed. Círculo de Leitores, 1.º Vol. I Parte.

Pontos de vista que são tanto mais de salientar, e de defender, quanto é facto que em Portugal ninguém pode estar certo de que o território quase-arquipélago do País (pela sua composição e localização quanto a interesses estrangeiros), não seja de dimensão «nuclear», isto é, a mínima indispensável à preservação da sua individualidade de País, que nenhuma das nações históricas da Península Ibérica, que mantêm contudo a sua identidade nacional, conseguiu obter. Razões por que, insiste-se também, onde tiver de estar o arquipélago dos Açores por razões de interesse global, é preciso que estejam também, por razões de vital interesse português, o Continente e o Arquipélago da Madeira.

* * *

À luz do referido, não poderá então surpreender que Portugal, no espírito das novas teses do pensamento global, e dos projectos de União Europeia e de Comunidade Transatlântica, persista em esforçar-se por procurar equilibrar prudentemente alguma integração ibérica com europeia, e esta com transatlântica, para ir mantendo intactas as suas preciosas identidade, individualidade e coesão interterritorial. As quais lhes são, além do mais, indispensáveis ao próprio prestígio e influência que tem necessidade e obrigação de preservar em tais projectos, tendo nomeadamente em consideração as suas responsabilidades históricas na nascente Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como não poderá surpreender também que, no âmbito da NATO, o muito especial Portugal euro-atlântico prefira permanecer na situação excepcional de componente da segurança tanto da América do Norte como da Europa, isto é, na área do seu Comando Supremo do Atlântico Norte – SACLANT – cuja missão é precisamente a transferência de reforços norte-americanos à Europa, como lhe foi destinado na fundação da Aliança. E, jamais, deixar os Açores na área deste Comando Supremo, e passar o Continente e a Madeira para a Europa – SACEUR – como é sugerido no divisivo mapa da Figura 2 respeitante ao supracitado estudo do espanhol CESEDEN, mencionado na pág. 92 e na figura 2.

NOTAS FINAIS

Muita coisa poderá entretanto ocorrer quanto aos assuntos tratados até à Cimeira de Madrid da NATO, em Julho. Nomeadamente em resultado dos múltiplos contactos que já estão a verificar-se a ritmo considerável para preparar a anunciada cimeira entre os Presidentes dos EUA e da Rússia em Março deste ano, em Helsínquia, e doutros que por certo irão ter lugar até à Madrid. Mas, mesmo assim, entendeu-se que poderia valer a pena apresentar já este trabalho, na esperança que a «informação básica» que contém, e que foi deduzida da História, e também da Geografia (sem a consideração da qual Kant afirmava que aquela «pouco se distancia de contos de fadas», e que também concorre para a formação do igualmente estável Carácter dos Povos) possa reter interesse.

* * *

Entretanto, a propósito, continua-se a pensar que, tudo o indica, o Século XXI vai ser de implacável competição de toda a ordem, eventualmente conflitual, entre países (mesmo no seio de associações regionais de cooperação económica e de defesa, e entre estas, como o prevê por exemplo a escola de pensamento geopolítico francesa), exigindo desenvolvimento acelerado do factor humano nas áreas do saber, do conhecimento e da competitividade, conforme aliás o disseram já, muito claramente, o Presidente dos EUA no Discurso do Estado da Nação, e o líder trabalhista inglês T. Blair, no seu programa que visa fazer do seu país uma «superpotência da competência».

O que, a juntar ao que precede estas Notas finais, justifica que se insista na criação, muito urgente, dum departamento nacional de «Inteligência Estratégica» (que nada tem a ver com as Informações de que tanto se tem falado), onde investigadores da maior competência e probidade profissional das áreas técnico-científicas (geografia, recursos humanos e materiais, ensino, ciência e tecnologia, água, alimentação, energia, indústria, comércio, transportes, comunicações, gestão, organização, administração, etc.) se dediquem a estudar profundamente, numa base de pura racionalidade, e à produção de «informação básica» indispensável ao planeamento estratégico do País. Nomeadamente potencialidades e

vulnerabilidades do próprio País e de seus competidores e respectivas possíveis intenções, e elaboração de cenários de cooperação e de risco. Razões para se insistir igualmente em que a promoção da cultura estratégica (política, estratégia, económica, gestão, geopolítica, oceanopolítica, história estratégica, etc) regresse, também com urgência, aos currículos de cursos superiores que delas precisam; e ainda que o próprio Instituto da Defesa Nacional evolua para Universidade de Defesa onde, por exemplo à semelhança do que acontece nos EUA, civis e militares de ambos os sexos possam frequentar Institutos de Defesa Nacional (defesa total), de Defesa Militar (onde, além da cultura político-estratégica comum aos três Ramos das Forças Armadas, se dê também teoria e prática de gestão de crises estratégicas e de jogos de guerra), de Cooperação lusófona, de História estratégica nacional e mundial, de Competitividade, etc.

E tudo isto porque, num país que é estrategicamente tão importante para outros, como Portugal, insuficiente cultura estratégica (que leva a que tardem a ficar claros, firmes e interiorizados os autênticos Objectivos Nacionais Permanentes, e a esbater a prudente noção de que em política só há lugar para interesses, e não para amizades), possa constituir espécie de ponte levadiça sempre arreada, fazendo correr o risco de as suas próprias potencialidades se transformem em vulnerabilidades exploráveis por terceiros. O que é de extrema importância à luz da tese, que se crê francesa, segundo a qual um país é tanto mais «ameaçável», quanto mais vulnerável for, impondo que a sua primeira linha de Defesa, e também a mais legítima, seja inquestionavelmente o reconhecimento e a minoração dos seus pontos fracos. Nomeadamente no domínio da cultura estratégica do seu povo, numa era em que a opinião pública tende visivelmente a ter papel cada vez mais decisivo na governação dos países democráticos.

Cultura estratégica essa que, a estar já instalada no subconsciente nacional, não permitira, por exemplo, que notícia recentemente apresentando como alternativa pretensamente aceitável para o abastecimento de gás natural a Portugal via gasoduto argelino, a via do transporte marítimo de gás liquefeito a regasificar nos portos espanhóis de Huelva (Andaluzia) e Ferrol (Galiza), pudesse circular sem os reparos e as reacções que merece, dado que todas as vantagens importantes serão para o país vizinho, e os maiores inconvenientes para Portugal. Designadamente porque, em vez de minorar a vulnerabilidade de utilizar território espanhol para trajectos de produtos de

natureza vital, a agrava, com custos que, no caso dos recentes bloqueios dos camiões TIR em França e Espanha, foram de milhões de contos. Para não falar dos custos, sempre inerentes, de natureza estratégica e política.

Vantagens essas que serão para o desenvolvimento da marinha mercante e dos portos espanhóis (que os exemplos da actual China e de Portugal doutros tempos mostram proporcionar o maior desenvolvimento na maior segurança, ao que há a acrescentar o grande número de postos de trabalho que criam), com custos financeiros a terem de ser também de alguma forma a suportar por Portugal, e com a secundarização, uma vez mais, da marinha mercante portuguesa (particularmente a de cabotagem⁽¹⁹⁾), e dos portos e do litoral nacionais) os da afirmação positiva da identidade de Nação e da individualidade de País de Portugal, como o demonstram liminarmente na sua obra o português Jaime Cortesão e o espanhol Miguel de Unamuno. Designadamente todos os portos comerciais de Faro-Olhão a Viana do Castelo, com natural maior relevância para os de águas profundas de Sines (de que o Alentejo precisa como de pão para a boca para sair do seu subdesenvolvimento económico-social crónico), de Setúbal, de Lisboa e de Leixões, com melhores condições que os espanhóis, referidos, nomeadamente quanto a proximidade de aeroportos internacionais de grande importância.

Virgílio de Carvalho

⁽¹⁹⁾ «Porventura uma das mais correctas apostas de afirmação positiva portuguesa a tentar na opção europeia, inclusivamente para a compatibilização desta com a opção nacional atlântica de desenvolvimento em segurança» (livro do autor «A Importância do Mar para Portugal», ed. IDN-Bertrand, 1995).